

TENDÊNCIAS / DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

debates@uol.com.br [Twitter.com/Folhadebate](https://twitter.com/Folhadebate)

O país deve limitar a entrada de imigrantes haitianos?

SIM

Imigração com regras e controles

MURILLO DE ARAGÃO

Precisamos ter uma política clara e pragmática sobre a imigração, com regras e controles adequados.

Impedir a imigração de forma ampla e geral é uma grande burrice e um contrassenso histórico, já que o Brasil tem sido construído por várias levas de imigrantes. Não podemos deixar de reconhecer o papel de portugueses, alemães, japoneses, italianos, poloneses e espanhóis, entre outros povos, na formação do país.

Em junho de 2010, escrevi que o Brasil não estava preparado para a nova onda de imigrantes que vem se constituindo. Eu alertava para o fato de que o ciclo de crescimento econômico do país e os tempos duros da economia mundial fariam do Brasil um alvo para a imigração.

Na época, o então ministro da Justiça dizia que não estava satisfeito com o tratamento que os brasileiros em viagem na Europa recebiam.

Dei como exemplo os milhares de bolivianos que vivem em São Paulo, muitos em condições sub-humanas. De fato, os episódios verificados desde então indicam que estamos a caminho de ser um destino mais relevante para imigrantes.

No entanto, nos faltam parâmetros e controles. Que tipo de imigrantes queremos no Brasil? Que tipo de trabalhadores e de empreendedores desejamos importar?

Existem necessidades regionais

particulares que desejamos suprir? Ou simplesmente vamos deixar os imigrantes rumarem para São Paulo atrás de empregos?

Pois bem, o governo e a sociedade devem olhar para a questão a partir de alguns princípios. O primeiro deles é que o Brasil jamais deve deixar de ser uma opção para estrangeiros que venham para cá por razões humanitárias.

O segundo aspecto é que deve existir uma política nacional que estabeleça metas específicas para o imigrante. Em especial, com relação ao pagamento de impostos e ao acesso aos serviços públicos.

O terceiro aspecto é que devemos ter uma atitude proativa. Não adianta esperar a casa ser arrombada para só depois tomar providências. Ter uma boa política de imigração pode ser um fator de sucesso econômico e cultural. Devemos, por exemplo, estimular determinados tipos de imigrantes, visando atender às necessidades econômicas, educacionais e tecnológicas do país.

O outro desafio que deve ser enfrentado se refere aos controles de nossas fronteiras. O Brasil é um imenso buraco negro. Aqui, as pessoas podem viver durante anos sem qualquer importunação relacionada à fiscalização por parte de autoridades públicas.

Nossas fronteiras são imensas áreas descampadas que podem ser

cruzadas de forma tranquila. Terroristas localizados em países vizinhos muitas vezes fazem a travessia e compram aqui mantimentos e remédios calmamente.

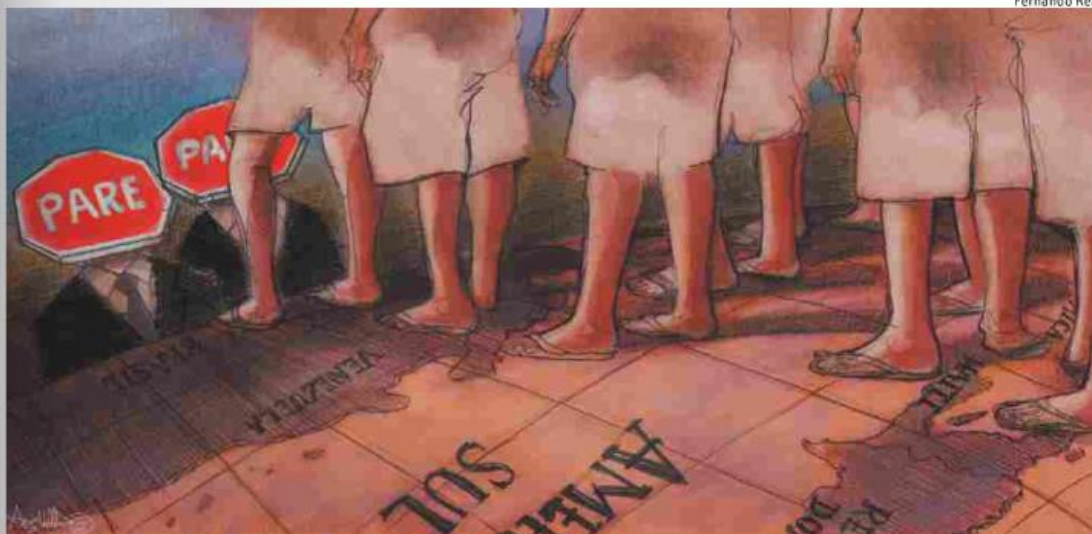
O Brasil tem uma imensa fronteira seca, com mais de 15 mil quilômetros de extensão, tangenciando quase todos os países da América do Sul. Apesar de o governo ter anunciado um programa para aumentar a vigilância nessas regiões, as iniciativas demoram a sair do papel.

Os EUA, com pouco mais de 3 mil quilômetros de fronteira com o México, já enfrentam sérias dificuldades. Caso o ciclo de crescimento brasileiro se consolide, teremos muitos problemas para garantir a nossa segurança.

Ter segurança e controle em nossa fronteira é um desafio, pelo volume de recursos financeiros e tecnológicos que a questão exige. Também é uma oportunidade para poder desenvolver tecnologias na indústria nacional e em nossos centros de pesquisas.

Os episódios recentes com os haitianos que chegam ao Brasil pelo Acre servem de alerta. Temos de ter preocupações humanitárias, mas não podemos deixar de exercer nossa soberania.

MURILLO DE ARAGÃO, 55, doutor em sociologia (estudos latino-americanos) pela Universidade de Brasília, é presidente da consultoria Arko Advice



NÃO

Europeus bem-vindos, haitianos barrados

OMAR RIBEIRO THOMAZ E SEBASTIÃO NASCIMENTO

Após o terremoto de janeiro de 2010, o Ministério das Relações Exteriores anunciou uma iminente “invasão” de mais de 20 mil haitianos por ano. Dois anos depois, chegaram pouco mais que 3.500.

Inicialmente solicitando refúgio, eles ficaram ilegais em 2011. Na época, foram suspensos, apenas para os haitianos, os protocolos de solicitação de refúgio. Foi assim que as autoridades brasileiras lançaram os haitianos na ilegalidade, na imobilidade e na precariedade.

A mesma instabilidade política que justificava a missão militar brasileira no Haiti foi negada como razão para pedir refúgio.

Vozes oficiais insistem que estipular um limite de cem vistos mensais e vedar a entrada legal para os que já estão na região seriam medidas humanitárias.

Poucos conseguiram entender o raciocínio tortuoso que tenta transformar restrições em benesses. Sem qualquer novidade, requeenta-se a política histórica de cerceamento à imigração oriunda de determinados países ou regiões.

O limite foi estabelecido ao sabor do arbítrio. Ele não se apoiou em qualquer avaliação da demanda por mão de obra ou do tamanho da dinâmica da diáspora haitiana.

O temor de que os recém-chegados tragam as suas famílias inteiras

é infundado: praticamente todas as famílias haitianas têm seus mais bem formados membros espalhados entre os Estados Unidos, a República Dominicana, Cuba e outras ilhas do Caribe, a França, o México, a Venezuela, o Canadá e diversos países africanos.

As remessas individuais de dinheiro do exterior são a única fonte segura de recursos para uma população acometida por sucessivas crises, especialmente deletérias no âmbito escolar, em um país onde a educação é privatizada e cara.

As remessas são os únicos recursos que realmente chegam ao destino. Os bilhões entregues à cooperação ou às Nações Unidas se perdem na manutenção do aparato internacional no país e em insondáveis corredores onde burocracia e corrupção se encontram.

Se quisermos apoiar a reconstrução do Haiti, a última coisa a fazer é estabelecer barreiras arbitrárias à circulação de trabalhadores do país.

Logo após o terremoto, uma onda de genuína solidariedade mobilizou a população brasileira em prol dos haitianos. Mas as estruturas governamentais e diplomáticas demonstraram não ter preparo e capacidade para lidar com as ofertas de cá ou com as demandas de lá.

Agora, a forma como o governo e seus agentes encaminham o deba-

te revela novamente o divórcio com a sensibilidade da opinião pública, a recusa ao diálogo com organizações que oferecem apoio aos recém-chegados e o recurso a estereótipos e mistificações para disfarçar a necessidade de amplas reformas nas instituições voltadas para a absorção de imigrantes.

Na mesma tacada em que cria barreiras discricionárias à vinda de haitianos, algo que deveria envergonhar um país que nas últimas décadas tanto se beneficiou com as remessas de sua própria diáspora, o governo brasileiro aplaude a chegada de dezenas de milhares de europeus, ajudando esses imigrantes a contornar a burocracia.

O país assim reencontra a sua tradição secular de promoção de imigração seletiva. Não há diferenças significativas de qualificação entre os bem acolhidos europeus e os vilipendiados haitianos, mas sim uma seletividade míope, centrada no status de seus países de origem.

Talvez seja assim que complexos de inferioridade e mecanismos de autocomplacência se reproduzam, mas certamente não é assim que uma política migratória moderna e eficaz se concretiza.

OMAR RIBEIRO THOMAZ, 46, antropólogo, e SEBASTIÃO NASCIMENTO, 35, sociólogo, são pesquisadores do Centro de Conflitos, Catástrofes e Mudanças Ambientais da Unicamp